

**Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2022, n.º 33, de 22 de agosto de 2007.**

**REQUERIMENTO Nº DE DE AGOSTO DE 2008**

**(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Solicita informações às operadoras de telefonia fixa e móvel sobre o quantitativo de interceptações telefônicas autorizadas pelo judiciário, ocorridas no Estado de São Paulo em 2007.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do Art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1579/52, requero, a Vossa Excelência, sejam solicitadas informações às operadoras de Telefonia Fixa e móvel do quantitativo de interceptações telefônicas ocorridas no Estado de São Paulo no ano de 2007, devidamente autorizadas pelas Justiças Federal e Estadual, identificando quais as varas criminais que expediram as ordens judiciais.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em audiências públicas, as operadoras de telefonia informaram à CPI que foram feitas em 2007, em todo Brasil, 409 mil interceptações telefônicas com autorização judicial num flagrante abuso do uso desse importante instrumento de investigação judicial, considerando a Lei nº 9.296/96 a qual expressa “não será admitida a interceptação “ (...) se “a prova puder ser feita por outros meios disponíveis” (art. 2º inciso II).

De modo a identificar possíveis excessos ocorridos no Estado de São Paulo, impende requerer informações às operadoras de Telefonia Fixa e móvel, do quantitativo de interceptações telefônicas ocorridas naquele estado, no ano de 2007, devidamente autorizadas pelas Justiças Federal e Estadual, identificando quais as varas criminais que expediram as ordens judiciais.

Sala das comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008

Deputado VANDERLEI MACRIS